



Universiteit  
Leiden  
The Netherlands

## **A ditadura militar e a governança da água no Brasil : ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte**

Souza Braga, F. de

### **Citation**

Souza Braga, F. de. (2020, March 12). *A ditadura militar e a governança da água no Brasil : ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte*. CRC Press/ Balkema, Leiden. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/86279>

Version: Publisher's Version

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/86279>

**Note:** To cite this publication please use the final published version (if applicable).

Cover Page



Universiteit Leiden



The handle <http://hdl.handle.net/1887/86279> holds various files of this Leiden University dissertation.

**Author:** Souza Braga, F. de

**Title:** A ditadura militar e a governança da água no Brasil : ideologia, poderes político-econômico e sociedade civil na construção das hidrelétricas de grande porte

**Issue Date:** 2020-03-12

# REFERÊNCIAS

- Abreu, A. A. *et al.* (Ed.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2010. <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Afinoguénova, E. 2010. “‘Unity, Stability, Continuity’: Heritage and the Renovation of Franco’s Dictatorship in Spain, 1957-1969.” *International Journal of Heritage Studies* 16, no. 6: 417-433.
- Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE). 2006. “Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – 2006-2015.”
- Alves, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Florianópolis: Edusc, 2005.
- Amann, E.; Baer, W. 2005. From the developmental to the regulatory state: the transformation of the government’s impact on the Brazilian economy. *The Quarterly Review of Economics and Finance*. 45. 421–431.
- Aniceto, R. 2011. “Uma análise histórico-comparativa dos modelos de financiamento dos empreendimentos hidrelétricos de Xingó e Santo Antônio.” Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas.
- Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos do Poder Executivo e Legislativo. *Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça: inventário dos dossiês avulsos da série Movimentos Contestatórios*. 2<sup>nd</sup> ed. Rio de Janeiro: o Arquivo, 2013.
- Baines, S. G. “A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-atroari.” In *Anais do Seminário “A questão energética na Amazônia: avaliação e perspectivas sócio-ambientais”*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- Barbosa, D. 2014. “As 18 maiores companhias de cimento do mundo: com união da Holcim e da Lafarge, CNBM dever perder a liderança desse mercado.” *Exame*. <https://exame.abril.com.br/negocios/as-18-maiores-companhias-de-cimento-do-mundo/>.
- Barnes, J., and Alatout, S. 2012. “Water Worlds: Introduction to the Special Issue.” Special issue, *Social Studies of Science* 42, no. 4: 483-488.
- Barrucho, L. 2018. “50 anos do AI-5: os números por trás do ‘milagre econômico’ da ditadura no Brasil.” *BBC Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>.
- Barth, F. T. “Aspectos institucionais do gerenciamento de recursos hídricos.” In: *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*, edited by S. A. C. Rebouças, B. Braga, and J. G. Tundisi, 565-599. 3<sup>rd</sup> ed. São Paulo: Escrituras, 1999.
- Bhattacharyya, S.; Hodler, R. 2010. “Natural resources, democracy and corruption.” *European Economic Review* no. 54: 608–621.

- Becker, B. K. 2012. “A geografia e o resgate da geopolítica.” *Espaço Aberto: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia* 2, no. 1: 117-150.
- Benincá, D. *Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez, 2011.
- Bicudo, H. *Lei de Segurança Nacional*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- Bielschowsky, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea, Inpes, 1988.
- Biondi, A. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).
- Blaikie, P. *The Political Economy of Soil Erosion in Developing Countries*. London: Longman, 1985.
- Blaikie, P., and Brookfield, H. *Land Degradation and Society*. London: Methuen, 1987.
- Boas, T., D.F. Hidalgo, and N. Richardson (2011). The Spoils of Victory: Campaign Donations and Government Contracts in Brazil. *The Journal of Politics*, Vol. 76, No. 2, April 2014, Pp. 415–429.
- Boito Jr., A., and Berringer, T. 2013. “Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma.” *Revista de Sociologia e Política* 21, no. 47: 31-38.
- Braga, F.S. 2016. “Terra sim, barragem não!”: o Movimento dos Atingidos por Barragens e seu papel na construção da waterscape durante a ditadura civil-militar no Brasil: aproximações. *Revista História Unicap*, vol. 3, no. 5 (jan./jun.): 71-84.
- Braga, R. *Instrumentos para gestão ambiental e de recursos hídricos*. Recife: EdUFPE, 2009.
- Branco, C. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- Brandi, P. “Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF).” In *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, edited by A. A. Abreu *et al.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010 (1). <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Brasil. *A energia elétrica no Brasil: da primeira lâmpada à Eletrobrás*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- Brasil. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- Brasil. *III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1980/85*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- Ministério Público Federal (MPF). 2014. “MPF investiga prejuízos provocados por empresa vinculada a militares em obras da hidrelétrica de Tucuruí.” <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/mpf-investiga-prejuizos-provocados-por-empresa-vinculada-a-militares-em-obras-da-hidreletrica-de-tucuruui>.

- Bresser-Pereira, L. C. 2006. "O novo-desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional." *São Paulo em Perspectiva* 20, no. 3: 5-24.
- Bresser-Pereira, L. C. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- Bresser-Pereira, L. C. *Globalização e competição*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- Budds, J.; Hinojosa, L. Restructuring and rescaling water governance in mining contexts: The co-production of waterscapes in Peru. *Water Alternatives*. v. 5, no. 1, 2012:119-137.
- Budds, J., and Linton, J. 2014. "The Hydrosocial Cycle: Defining and Mobilizing a Relational-dialectical Approach to Water." *Geoforum* 57: 170-180.
- Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). 2016. "Cade celebra acordo de leniência em investigação de cartel na licitação da usina de Belo Monte." <http://www.cade.gov.br/noticias/cade-celebra-acordo-de-leniencia-em-investigacao-de-cartel-na-licitacao-da-usina-de-belo-monte>.
- Campelo, L. 2017. "Belo Sun recebe Licença de Instalação e irá operar maior mina de ouro do país." *Brasil de Fato*. <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/02/belo-sun-recebe-licenca-de-instalacao-e-ira-operar-maior-mina-de-ouro-do-pais/>.
- Campos, P. H. P. 2012. "A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o estado ditatorial brasileiro, 1964-1985." Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- Carvalho, M. C. 2013. "Financiamento da geração hidrelétrica de grande porte no Brasil: evolução e perspectivas." Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- Castree, N., Kitchin, R., and Rogers, A. "Political Ecology." In *A Dictionary of Human Geography*, Oxford University on line, 2013. DOI: 10.1093/acref/9780199599868.001.0001
- Castro, J. E. 2007. "Water Governance in the Twentieth-first Century". *Ambiente & Sociedade* 10, no. 2: 97-118.
- Castro, J. E. 2008. "Water Struggles, Citizenship and Governance in Latin America." *Development* 8, no. 1 (March): 2-7.
- Cavlak, I. 2009. "A união entre Brasil e Argentina no desenvolvimentismo (1958-1962)." *Fronteiras: Revista Catarinense de História* no. 17: 189-210.
- Cervo, A. L. 2003. "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático." *Revista Brasileira de Política Internacional* 46, no. 2: 5-25.
- Chaparro, M. C. C. "Cem anos de assessoria de imprensa." In *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia*, edited by J. Duarte, 33-51. 2nd ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- Chauí, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000.

- Chauí, M. 2013. “Marilena Chauí - Café de Ideias 2013.” Gravado em 13/03/2013 no Centro Cultural Oscar Niemeyer, 2:23:51. <https://www.youtube.com/watch?v=aKHvNM72HHo>.
- Chiavenato, J. J. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 3<sup>rd</sup> ed. São Paulo: Moderna, 2014.
- Clark, G. 2008. “Política econômica e Estado.” *Estudos Avançados* 22, no. 62: 207-217.
- Claval, P. *A geografia cultural*. 3<sup>rd</sup> ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- Colistete, R. P. 2001. “O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil.” *Revista de Estudos Avançados* 15, no. 41, 2001.
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). 2011. “Relatório da Comissão Especial ‘Atingidos por Barragens.’”
- Cordeiro, J. M. *Direitas em Movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- Corrêa, A.; Costa, A. J. T. 2016. Usos na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul: considerações acerca da escassez de água, inundações e áreas de preservação permanente no trecho fluminense. *Revista de Geografia (Recife)* V. 33, no. 3
- Corrêa, M. L. 2003. “O setor de energia elétrica e a constituição do Estado no Brasil: o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939-1954).” Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- Corrêa, M. L. 2005. “Contribuição para uma história da regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil: o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.” *Política & Sociedade*, no. 6: 255-291.
- Cosgrove, D. “A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas.” In *Paisagem, tempo e cultura*, edited by R. L. Corrêa and Z. Rosendahl, 92-123. 2<sup>nd</sup> ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- Coutard, O.; Hanley, R. E., and Zimmermann, R., eds. *Sustaining Urban Networks: The Social Diffusion of Large Technical Systems*. Abingdon: Routledge, 2005.
- Couto e Silva, G. *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- Craide, Sabrina. 2008. “Usina de Belo Monte será a única hidrelétrica do Rio Xingu, determina conselho.” *Povos Indígenas no Brasil/Agência Brasil*. <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=58493>
- D’Araújo, M. C., Soares, G. A. D., and Castro, C. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D’Ávila, J. *Dictatorship in South America*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2014.
- Datafolha. 2013. “Para moradores de Altamira, Belo Monte trouxe renda e problemas.” <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/12/1386247-para-moradores-de-altamira-belo-monte-trouxe-renda-e-problemas.shtml>.

- De Angelis, M. 2004. Separating the Doing and the Deed: Capital and the Continuous Character of Enclosures. *Historical Materialism* 12, no. 2: 57–87.
- De La Torre, J., and García-Zúñiga, M. 2013. “El impacto a largo plazo de la política industrial del desarrollismo español.” *Investigaciones de Historia Económica* 9, no. 1: 43-53.
- Dreifuss, R. A. 1964: *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3<sup>rd</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Edwards, P. N. “Infrastructure and Modernity: Force, Time, and Social Organization in the History of Sociotechnical Systems.” In *Modernity and Technology*, edited by T. J. Misa, P. Brey, and A. Feenberg, 185-225. Cambridge, London: MIT Press, 2003.
- Eletrobrás. 2009. “Relatório de Impacto Ambiental – Rima – Aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte.” [http://restrito.norteneergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE.Rima\\_.pdf](http://restrito.norteneergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE.Rima_.pdf).
- Eletronorte. *Memória Técnica: usina hidrelétrica de Tucuruí*. Brasília: Projeto Memória Eletronorte, 1988.
- Faria, A. L. G. *Ideologia no livro didático*. São Paulo: Cortez, 1994.
- Fearnside, P. M. 2011. “Hidrelétricas amazônicas como emissoras de gases de efeito estufa.” *Proposta* 35, no. 122: 24-28.
- Fearnside, P. M. 2015. “Tropical Hydropower in the Clean Development Mechanism: Brazil’s Santo Antônio Dam as an Example of the Need for Change.” *Climatic Change* 131, no. 4: 575-589.
- Ferreira, C. K. L. “Privatização do setor elétrico no Brasil.” In *A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública*, edited by, A. C. Pinheiro, and K. Fukasaku, 179-220. Rio de Janeiro: BNDES, 2000.
- Ferreira, P. C. G., and Malliagros, T. G. *Investimentos, fontes de financiamento e evolução do setor de infra-estrutura no Brasil: 1950-1996*. Rio de Janeiro: FGV, EPGE, 2010. (Ensaio Econômico; 346).
- Fico, C. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- Fiori, J. L. 1994. “O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro.” *Novos Estudos* 40, no. 3: 126-144.
- Fonseca, P. C. D. 2004. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil.” *Pesquisa & Debate* 15, no. 2 (26): 2004.
- Fonseca, P. C. D; Haines, A. F. 2012 “Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, (dez.) 1043-1074.
- Fonseca, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

- Fonseca, P. C. D.; Mollo, M. L. R. 2013. “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais.” *Revista de Economia Política* 33, no. 2 (131): 222-239.
- Forest, B., and Forest, P. 2012. “Engineering the North American Waterscape: The High Modernist Mapping of Continental Water Transfer Projects.” *Political Geography* 31: 167-183.
- Förster, B., and Bauch, M. 2015. “Einführung: Wasserinfrastrukturen und Macht Politisch-soziale Dimensionen technischer Systeme.” In *Wasserinfrastrukturen und macht von der antike bis zur gegenwart*, edited by B. Förster and M. Bauch, 9-21. Berlin: De Gruyter Oldenbourg. (Historische Zeitschrift, 63).
- Foschiera, A. A. 2009. “Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil.” Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista.
- Foucault, M. *A ordem do discurso*. Rio de Janeiro: Loyola, (1970) 2010.
- Fragoso, H. “Lei de Segurança Nacional.” In *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, edited by A. A. Abreu *et al.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Garzón, L. F. N. 2014. “Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira: a marcha forçada sobre os territórios.” Entrevista concedida à *Revista Eletrônica Envolverde*. <http://envolverde.com.br/interneambiente/complexo-hidreletrico-rio-madeira-marcha-forcada-sobre-os-territorios>.
- Germani, G. 1982. “Os expropriados de Itaipu. O conflito: Itaipu x Colonos.” *Cadernos do PROPUR* 3 (Dezembro).
- Germani, G. *Expropriados, terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: Ulbra, 2010.
- Giddens, A. *The constitution of society: Outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- Gomes, A. C S.; Albarca, Carlos D.; Faria, E. S. T., and Fernandes, H. H. *BNDES 50 anos: histórias setoriais: o setor elétrico*. 2002. [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_setorial/setorial14.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial14.pdf)
- Gomes, J. P. P., and Vieira, M. M. F. 2009. “O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002.” *RAP* 43, no. 2 (Março-Abril): 295-321.
- Gomes, V. L. C., and Lena Júnior, H. “Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais: entendendo o modus operandi do regime militar no Brasil (1964-1985).” In: *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*, edited by M. M. Malta, 125-163. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.
- Gonzalez, M. J. F., Almeida, S. C. F., Costa, C. E. L., Ribeiro, E. P., Albuquerque, J. R., and Santos Júnior, M. R. *O Brasil e o Banco Mundial: um diagnóstico das relações econômicas 1949-1989*. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1990.

- Gregolin, M. R. V. 1995. “Análise do discurso: conceitos e objetivos.” *Alfa* 39: 13-21.
- Gribble, R. 2003. “Anti-communism, Patrick Peyton, CSC and the C.I.A. (Congregation of Holy Cross).” *Journal of Church and State/J.M. Dawsons Studies on Church and State*. (June).
- Gumbo, B., and Van der Zaag, P. 2002. “Water Losses and the Political Constraints to Demand Management: The Case of the City of Mutare, Zimbabwe.” *Physics and Chemistry of the Earth* 27: 805-813.
- Hajer, M. 2003. “Policy without polity? Policy Analysis and the Institutional Void.” *Policy Sciences* 36: 175-195.
- Hallewell, L. *O livro no Brasil: sua história*. 3<sup>rd</sup> ed. São Paulo: Edusp, 2012.
- Harvey, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- Henkes, S. L. (2003). Histórico legal e institucional dos recursos hídricos no Brasil. Jus Navigandi – Doutrina. <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4146>
- Hobsbawm, E. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2000. Séries históricas e estatísticas. <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. Censo Demográfico. <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2017. “Atlas da violência 2017.” [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2010. “Usina Hidrelétrica de Itaipu. Desafios do Desenvolvimento.” *Revista Desafios do Desenvolvimento* 7, no. 60. [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=2328:catid=28](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&id=2328:catid=28)
- Jacobi, P. R., and Barbi, F. “Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil.” In *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS/UFSC, 2007.
- Josephson, P. R. *Industrialized nature: brute force technology and the transformation of the natural world*. London: Island Press/ Shearwater Books, 2002.
- Jowett, G. S., and O’Donnell, V. *Propaganda and Persuasion*. 5<sup>th</sup> ed. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2012.
- Kallis, G. 2010. “Coevolution in Water Resource Development: The Vicious Cycle of Water Supply and Demand in Athens, Greece.” *Ecological Economics* 69: 796-809.
- Kemerink, J. S., Mbuvi, D., and Schwartz, K. “Governance Shifts in the Water Services Sector: A Case Study of the Zambia Water Services Sector.” In *Water Services*

- Management and Governance: Lessons for a Sustainable Future*, edited by T. S. Katko, P. S. Juuti, and K. Schwartz, 3-11. London: IWA Publishing, 2012.
- Kornis, M. “Conselho de Segurança Nacional.” In *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, edited by A. A. Abreu *et al.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.  
<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Krause, K. I. 2016. “O Brasil de Amaral Netto, o repórter: 1968-1985.” Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- Künneke, R. W., and Groenewegen, J. “Challenges for Readjusting the Governance of Network Industries.” In *The Governance of Network Industries: Institutions, Technology and Policy in Reregulated Infrastructures*, edited by R. Künneke, J. Groenewegen, and J.-F. Auger, 1-22. Cheltenham, UK, and Northampton, MA: Elgar, 2009.
- Kunzler, C. E., and Wizniewsky, C. R. F. 2007. “A ideologia nos livros didáticos de geografia.” *Terra Livre* 1, no. 28: 197-220.
- Larkin, B. 2013. “The Politics and Poetics of Infrastructure.” *Annual Review of Anthropology* 42, no. 1: 327-343.
- Lefebvre, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- Leftwich A.; Sen, K. *Beyond institutions: Institutions and organizations in the politics and economics of poverty reduction – Thematic synthesis of research evidence*. DFID-funded Research Programme Consortium on Improving Institutions for Pro-Poor Growth (IPPG). Manchester: University of Manchester, 2010.
- Leite, A. D. *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- Linton, J. *What is water?: the history of a modern abstraction*. Vancouver: UBC Press, 2010.
- Lopes, L. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1991.
- Luchini, A.M. 2000. O Arranjo Institucional Proposto para a Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. *Cadernos EBAP*. No. 104.
- Luna, F. V., and Klein, H. S. “Transformações econômicas no período militar (1964-1985).” In *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*, edited by D. A. Reis, M. Ridenti, and R. P. S. Motta, 66-111. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Mackin, R. “Teología de la liberación y movimientos sociales.” In *Movimientos sociales en America Latina: perspectivas, tendencias y casos*, edited by P. Almeida, and A. Cordero Ulate, 181-210. Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- Maia, T. A. 2017. “As comemorações cívicas do 1º de Maio nos cinejornais da Agência Nacional na ditadura militar (1964-1979).” *Revista Transversos* (Dossiê: Vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural) 4, no. 9 (Abril): 280-299.
- Mann, M. 2008. “Infrastructural Power Revisited.” *Studies in Comparative International Development* 43, no. 3 (December): 355-365.

- Marks, D. 2015. “The Urban Political Ecology of the 2011 Floods in Bangkok: The Creation of Uneven Vulnerabilities.” *Pacific Affairs* 88, no. 3 (September).
- Martins, R. C. 1999. “Ditadura militar e propaganda política: a revista *Manchete* durante o governo Médici.” Dissertação de mestrado, 1999.
- Matiello, C. 2005. “Práticas e representações da ditadura militar na propaganda de desapropriação da Itaipu Binacional.” *Revista da Faculdade de Direito da UFPR* 43.
- Matos, H. “Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional – o caso da AERP.” In Moura, C. P. *História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.
- Matthews, N., and Geheb, K. *Hydropower Development in the Mekong Region: Political, Socio-Economic and Environmental Perspectives*. London: Routledge, 2014.
- Mattos, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Mayhew, S. “Political Ecology.” In *A Dictionary of Geography*. 4<sup>th</sup> ed. Oxford University online, 2009. DOI: 10.1093/acref/9780199231805.001.0001
- McCully, P. 2001. “The Use of a Trilateral Network: An Activist’s Perspective on the Formation of the World Commission on Dams.” *American University International Law Review* 16, no. 6: 1453-1475.
- McFarlane, C., and Rutherford, J. 2008. “Political Infrastructures: Governing and Experiencing the Fabric of the City.” *International Journal for Urban and Regional Research* 32, no. 2: 363-374.
- Medeiros, R. A. *História & energia: o capital privado na reestruturação do setor elétrico brasileiro*. São Paulo: Eletropaulo, Departamento de Patrimônio Histórico, 1996.
- Mehta, L. and Karpouzoglou, T. 2015. “Limits of Policy and Planning in Peri-urban Waterscapes: The Case of Ghaziabad, Delhi, India.” *Habitat International* 48: 159-168.
- Memória da Eletricidade. *Eletronorte - 25 anos*. Edited by Ligia Maria Martins Cabral. Rio de Janeiro, 1998.
- Memória da Eletricidade. História do setor elétrico. 2017.  
<https://portal.memoriadaeletricidade.com.br/>.
- Mignolo, W. D. 2007. “Coloniality and Modernity/Rationality”. *Cultural Studies*, 21, nos. 2–3: 155–67.
- Ministério da Defesa. *Doutrina militar de defesa*. 2<sup>a</sup> ed., 2007.
- Ministério da Defesa. 2012. *Política Nacional de Defesa / Estratégia nacional de defesa*.  
[https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf).
- Molle, F. 2008. “Nirvana Concepts, Narratives and Policy Models: Insight from the Water Sector.” *Water Alternatives* 1, no. 1: 131-156.

- Molle, F. 2009. "River Basin Planning and Management: The Social Life of a Concept." *Geoforum* 40, no. 3: 484-494.
- Molle, F.; Mollinga, P.P. and Wester, P. 2009. Hydraulic bureaucracies and the hydraulic mission: Flows of water, flows of power. *Water Alternatives* 2(3): 328-349.
- Moore, D., Dore, J., and Gyawali, D. 2010. "The World Commission on Dams + 10: Revisiting the Large Dam Controversy." *Water Alternatives* 3, no. 2 (June): 3-13.
- Moreira, L. 2012 "Ribeirão do inferno: a primeira hidrelétrica do Brasil." *O Empreiteiro*. [http://www.revistaoe.com.br/Publicacoes/5749/Ribeirao\\_do\\_Inferno\\_a\\_primeira\\_hidreletrica\\_do\\_Brasil\\_.aspx](http://www.revistaoe.com.br/Publicacoes/5749/Ribeirao_do_Inferno_a_primeira_hidreletrica_do_Brasil_.aspx)
- Motta, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002.
- Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). 2004. "Dossiê: Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza." <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/05/281164.shtml>.
- Mundim, L. F. C. 2007. "Juarez Távora e Golbery do Couto e Silva : Escola Superior de Guerra e a organização do Estado brasileiro (1930-1960)." Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás.
- Naves, L. M. C. 2014. "Assessoria de chumbos: a relação dos jornalistas com a Secretaria de imprensa da presidência da república durante os governos Costa e Silva e Médici." Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.
- Nixon, R. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- Norgaard, R. B. *Development Betrayed: The End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future*. London: Routledge, 1994.
- Norte Energia. 2016. "Relatório Belo Monte Projeto Básico Ambiental: componente indígena." [http://restrito.norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2016/02/RelatorioPBA-CI\\_versao-completa-em-PDF-1.pdf](http://restrito.norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2016/02/RelatorioPBA-CI_versao-completa-em-PDF-1.pdf).
- North, D. *Institutions, institutional change, and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- O'Connor, J. *Natural Causes: essays in ecological Marxism*. New York and London: The Guilford Press, 1998.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). *Governança dos Recursos Hídricos no Brasil*. Paris: OECD Publishing, 2015.
- Oliveira, M. T. C. "O ISEB e seu projeto de 'Educação Ideológica'." In *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História – ANPUH*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

- Oliveira, M. X., and Cordenonsi, A. Z. 2015. “O discurso dos livros didáticos de geografia: as diferenças entre o período militar e a primeira quinzena do século XXI.” *Revista do Departamento de Geografia da USP* 29: 367-390.
- Oliveira, R. “A propaganda e a publicidade no Governo Médici: muito além do ufanismo.” *Anais do XV Encontro regional de história da ANPUH-Rio*. São Gonçalo: ANPUH-RIO, 2012.
- Oreiro, J. L. C. 2012. “Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica.” *Estudos Avançados* 26, no. 75: 29-40.
- Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD). 2011. “Water Governance in OECD Countries: A Multi-level Approach”. Paris: OECD Publishing, 2011. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264119284-en>
- Parry-Giles, S. J. *The Rhetorical Presidency, Propaganda, and the Cold War: 1945-1955*. Westport, CT: Praeger, 2002.
- Paula, M. “Obstáculos para o desenvolvimento? Direitos humanos, políticas de infraestrutura e megaeventos no Brasil.” In *Um campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro*, edited by D. Bartelt, 94-105. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. (Série Democracia).
- Pinheiro, M. F. B. 2007. “Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países.” Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Porto, M. F. A. and Porto, R. L. (2008). Gestão de bacias hidrográficas. *Estudos Avançados*, 22(63), 43-60. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142008000200004>
- Pratkanis, A. R., and Aronson, E. *Age of Propaganda: The Everyday Use and Abuse of Persuasion*. 2<sup>nd</sup> ed. New York: Freeman, 2001.
- Pratkanis, A. R., and Turner, M. E. 1996. “Persuasion and Democracy: Strategies for Increasing Deliberative Participation and Social Change.” *Journal of Social Issues* 52: 187-205.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fundação João Pinheiro – FJP, 2013.
- Québec. *Water. Our Life. Our Future*. Québec: Water Policy, 2002.
- Ramos, P. A. “Golbery do Couto e Silva In *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, edited by A. A. Abreu *et al.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Reis, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- Reis, M. J. 2012. “Projetos de grande escala e campos sociais de conflito: considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas.” *InterThesis* 9, no. 1, (Janeiro-Junho): 96-126.

- Reis, M. J., and Scherer-Warren, I. “Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes.” In: *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*, edited by F. D. Rothman. Viçosa: Editora UFV, 2007.
- Ricouer, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- Ridenti, M. 2016. “The Debate over Military (or Civilian Military?) Dictatorship in Brazil in Historiographical Context”. *The Bulletin of Latin American Research*, v. 35, no. 4. Special Issue: Dictatorship and its legacies in Brazil.
- Risse, T.; Lehmkuhl, U. “Regieren ohne Staat? Governance in Räumen begrenzter Staatlichkeit.” In *Regieren ohne Staat? Governance in Räumen begrenzter Staatlichkeit*, edited by T. Risse, and U. Lehmkuhl, 13-37. Baden-Baden: Nomos, 2007.
- Robbins, P. *Political Ecology: A Critical Introduction*. 2<sup>nd</sup> ed. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.
- Rothman, F. D. 2001. “A Comparative Study of Dam-Resistance Campaigns and Environmental Policy in Brazil.” *Journal of Environment & Development* 10, no. 4: 317-344.
- Rothman, F. D., and Oliver, P. E. 1999. “From Local to Global: The Anti-dam Movement in Southern Brazil, 1979-1992.” *Mobilization: An International Journal* 4, no. 1: 41-57.
- Sader, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 4<sup>th</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- Sánchez, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.
- Santana, E. L. “Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas!” In *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*, edited by Zachariadhes, G. C., 13-29. Salvador: EDUFBA, 2009. v. 1.
- Santos, L. Q., and Gomes, E. B. *Suspensão de segurança, neodesenvolvimentismo e violações de direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Monalisa, 2015.
- Santos, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4<sup>th</sup> ed. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos, 1).
- Sauri, D., and Del Moral, L. 2001. “Recent Developments in Spanish Water Policy: Alternatives and Conflicts at the End of the Hydraulic Age.” *Geoforum* 32: 351-362.
- Schneider, N. *Brazilian Propaganda: Legitimizing a Military Regime*. Gainesville: University Press of Florida, 2014.
- Schneider, N. 2017. “Propaganda ditatorial e invasão do cotidiano.” *Estudos Ibero-Americanos* 4, no. 2: 333-345.
- Schott, D. “Empowering European Cities: Gas and Electricity in the Urban Environment.” In *Urban Machinery: Inside Modern European Cities*, edited by M. Hard, and T. J. Misa, 165-186. Cambridge, MA, and London: MIT Press, 2008.

- Simões, R. D., Ramos, V. S., and Ramos, D. S. 2018. “O livro didático e a ditadura no Brasil.” *Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação* 12, no. 21 (Janeiro-Junho): 251-266.
- Silva, E. R. 1998. “O curso da água na história: simbologia, moralidade e a gestão de recursos hídricos.” Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz.
- Silva, J. C., and Barros, C. 2016. “A terra das mortes sob encomenda.” *Pública*. <https://apublica.org/2016/10/a-terra-das-mortes-sob-encomenda/>.
- Silva, M. G. *Parametrização da emissão de metano na interface água atmosfera em hidrelétricas*. São José dos Campos: INPE, 2015.
- Slinger, J., Hermans, L., Gupta, J., Van der Zaag, P., Ahlers, R., and Mostert, E. “The Governance of Large Dams: A New Research Area. In *Principles of Good Governance at Different Water Governance Levels*, edited by M. R. van der Valk, and P. Keenan, 33-44. Unesco, 2011.
- Souza, E. R. 2009. “O ISEB e o nacional-desenvolvimentismo: a intelligentsia brasileira nos anos 50.” *Contemporâneos*, no 4 (Maio-Outubro).
- Souza, P. H. G. F. 2016. “A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.” Tese de doutorado, Universidade de Brasília.
- Strauss, K. 1988. “Engineering ideology.” *IEE Proceedings* 135, no. 5 (May).
- Swyngedouw, E. 1999. “Modernity and Hybridity: Nature, Regeneracionismo, and the Production of the Spanish Waterscape, 1890-1930.” *Annals of the Association of American Geographers* 89, no. 3: 443-465.
- Swyngedouw, E., and Heynen, N. C. 2003. “Urban Political Ecology, Justice and the Politics of Scale.” Special issue, *Antipode*, 898-918.
- Swyngedouw, E. *Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Swyngedouw, E. 2007. “Technonatural Revolutions: The Scalar Politics of Franco’s Hydro-social Dream for Spain, 1939-1975.” *Transactions of the Institute of British Geographers* 32, no. 1 (January): 9-28.
- Swyngedouw, E. *Place, Nature and the Question of Scale: Interrogating the Production of Nature*. Berlin: Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften, 2010.
- Swyngedouw, E. 2014. “Not A Drop of Water...”: State, Modernity and the Production of Nature in Spain, 1898-2010. *Environment and History*. no. 20: 67–92
- Taithe, B., and Thornton, T. (Ed.). *Propaganda: Political Rhetoric and Identity, 1300-2000*. Oxford: Sutton, 2000.
- Tautz, C.; Pinto, J. R. L., and Fainguelernt, M. B. “O Grande agente da mudança – a expansão Nacional e transnacional de empresas Brasileiras por meio do BNDES”. In *Um campeão*

- visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro, edited by D. Bartelt, 63-78. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. (Série Democracia).
- Telles, V. S. 1988. “Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos.” In *As lutas sociais e a cidade – São Paulo: passado e presente*, edited by L. Kowarick, 252-253. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Toledo, C. N. 2004. “1964: O golpe contra as reformas e a democracia.” *Revista Brasileira de História* 24, no. 47: 13-28.
- Toledo, C. N. 2005. “50 anos de fundação do Iseb.” *Jornal da Unicamp*, no. 296 (Agosto), 11. [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2005/ju296pag11.html).
- Tucci, C. E. M. 2004. “Desenvolvimento dos recursos hídricos no Brasil.” Global Water Partnership. <https://www.cepal.org/drni/proyectos/samtac/inbr00404.pdf>.
- Unesco. 2003. “Water for People, Water for Life. The United Nations World Water Development Report.” <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129556>.
- United Nations. “The Human Right to Water and Sanitation: Milestones.” [http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human\\_right\\_to\\_water\\_and\\_sanitation\\_milestones.pdf](http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_milestones.pdf).
- Vainer, C. 2004. “Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil.” In *Justiça ambiental e cidadania*, edited by H. Acelrad and J. A. Pádua, 185-215. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford.
- Valença, F. “José Costa Cavalcanti.” In *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, edited by A. A. Abreu *et al.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Van der Zaag, P., and Savenije, H. H. G. “Princípios da gestão integrada de recursos hídricos.” In *Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas*. Frutal: UNESCO-IHE/Hidroex, 2012.
- Velloso, V. “Shigeaki Ueki In *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, edited by A. A. Abreu *et al.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>.
- Vlach, V. R. F. 2003. “Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros.” *Terra Brasilis*, no. 4-5. DOI: 10.4000/terrabrasilis.359.
- Wiesebron, M.L. 2016. Política Externa Independente, from Geisel to Lula. *Iberoamericana*, XVI, 62: 27-42.
- Wiesebron, M.L. 2016. Legacies and repercussions of the military dictatorship in the Brazil of today. Introduction. *Iberoamericana*, XVI, 62: 7-11.
- Wilford, H. *The Mighty Wurlitzer: How the CIA Played America*. Cambridge, London: Harvard University Press, 2008.
- World Bank. 1992. “Governance and Development.” <http://documents.worldbank.org/curated/en/604951468739447676/pdf/multi-page.pdf>.

- World Commission on Dams (WCD), 2000. Dams and development: a new framework for decision-making. London: Earthscan Publications.
- Wynn, G. “Foreword.” In Linton, J. *What Is Water? The History of a Modern Abstraction*, IX-XVI. Vancouver: UBCpress, 2010.
- Yang, Jo-Shing. 2018. The New “Water Barons”: Wall Street Mega-Banks are Buying up the World’s Water. <https://www.globalresearch.ca/the-new-water-barons-wall-street-mega-banks-are-buying-up-the-worlds-water/5383274>.
- Zhour, A., and Oliveira, R. 2007 “Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas.” *Ambiente & Sociedade* 10, no. 2 (Julho-Dezembro): 119-135.
- Zwarteveen, M., “Regulating Water, Ordering Society: Practices and Politics of Water Governance” (inaugural lecture 529, University of Amsterdam, Amsterdam, 2015).
- Zukin, S. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.” In *O espaço da diferença*, edited by A. A. Arantes, 80-103. Campinas: Papirus, 2000.

## JORNAIS E REVISTAS

- 200 presos em Tucuruí na visita de Figueiredo. *Revista Resistência*. Belém, Pará, julho de 1981. Ano IV n. 27.
- 25 anos fazendo barulho para acordar o gigante. *O Estado de São Paulo*. 6/09/1970.
- A importância da energia para a Alumar. *Gazeta mercantil*. Suplemento 1, 22/11/1984, p.1.
- A vitória do peixe-boi. *O Estado de São Paulo*, 11/02/1987.
- Amazônia ganha hoje progresso de Tucuruí. *O Estado de São Paulo*, 22/11/1984, p.1 e 36.
- Balbina pode provocar desastre ecológico. *Folha de São Paulo*. 06/07/1987, p. 14.
- Balbina: uma fonte de prejuízo. *Jornal do Comércio*, 31 de julho de 1988.
- Balbina: uma usina de prejuízos? *A Notícia*, Manaus, 31 de julho de 1988.
- Barragem provocará a morte de dois povos livres. *Revista Tempo e presença*, n. 143. Outubro de 1978. Centro Ecumênico de Informação.
- Belfort responde ao Movimento de apoio ao Waimiri-Atroari. *Jornal do Comércio*, 28 de setembro de 1984.
- Belo Monte ameaça o futuro sustentável da Amazônia. *Folha de São Paulo*.01/01/2011, p. B4.
- Biólogos vêem ecologia sob ameaça em Balbina. *O Estado de São Paulo*, 19/06/1986, p 16.

Castello Branco, Carlos. As coisas vistas do lado do Governo. *Jornal do Brasil*. 07/02/1970. Edição 260. p. 4.

Castello Branco, Carlos. O equívoco das relações públicas. *Jornal do Brasil*. 22/01/1970. Edição 246. p. 4.

Com a energia, Tucuruí traz a desorganização social. *Folha de São Paulo*. 4 de dezembro de 1984, p. 9.

Com Tucuruí, 7 rios e 8 cidades vão desaparecer. *O Estado de São Paulo*. 18/03/1976, p. 38.

Continuamos contribuindo para o progresso de nosso país. *O Estado de São Paulo*, 19/06/1969.

Cooperação francesa: US\$ 510mi. *Jornal do Comércio*. 13/04/01982. p. 5.

Costa afirma sua imagem. *O Estado de São Paulo*, 30/06/1967, p.5.

Eles vão me matar. *Carta capital*. 06/03/2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/eles-vaio-me-matar/>. Acesso em 12/01/2019.

Eletrobrás: 15 anos garantindo o progresso. *Veja*, 15/06/1977.

Eletronorte talvez não desmate área de Balbina. *Folha de São Paulo*, 17 de dezembro de 1984.

Em ação, Sobradinho. *Folha de São Paulo*, 28 de maio de 1978.

Empreiteira corre para remover moradores. *Folha de São Paulo*. 01/02/2015. Mercado, p. B6.

Euforia no mercado de publicidade. *Folha de São Paulo*, 02/12/1984.

Figueiredo inaugura a usina, a quarta maior do mundo. *O Globo*. 22/11/1984, p. 21.

Florestas afogadas. *Folha de São Paulo*, 29/06/1984.

Franceses emprestam US\$885mi a Delfim. *Jornal do Comércio*. 22/04/01982. p. 5.

GE. A energia que antecipa o futuro. *O Estado de São Paulo*, 03/10/1979.

Grande projeto amazônico: uma fábrica de desemprego”. *Jornal Resistência*. n. 41, outubro de 1982.

Grandes hidrelétricas da Amazônia. *Folha de São Paulo*, 22/10/1986.

Grandes obras deixam como herança progresso e caos. *O Estado de São Paulo*.15/06/2014. Caderno de Economia, P. B4.

Há 80 milhões de KW nos rios da Amazônia”. *O Estado de São Paulo*, de 07 de julho de 1974, p.52.

Inferno na fronteira verde. *Veja*, 8 de novembro de 1995.  
[https://web.archive.org/web/20090827110336/http://veja.abril.com.br/arquivo\\_veja/capa\\_08111995.shtml](https://web.archive.org/web/20090827110336/http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_08111995.shtml)

IPTU bem camarada. *Veja*, 19 de setembro de 2001.  
[https://web.archive.org/web/20101124082822/http://veja.abril.com.br/190901/p\\_042.html](https://web.archive.org/web/20101124082822/http://veja.abril.com.br/190901/p_042.html)

*Jornal do Brasil*, Edição 170, 25/09/1977. p.28-32

*Jornal do Brasil*, Edição 329, 1974, p.10;

*Jornal O Interior*. 08/08/1983.

Nova São Paulo na Amazônia. *Gazeta Mercantil*. Suplemento, 22/11/1984, p. 4.

*O Estado de São Paulo*, 30/8/1968. Caderno Turismo, p. 4.

O futuro toma posse da Amazônia. *Folha de São Paulo*, 02/12/1984, 1ª página.

O lago de Balbina põe em risco os animais. *O Estado de São Paulo*, 7 de outubro de 1987, p. 12.

O sertão sonha com Sobradinho”. *O Estado de São Paulo*, 06/08/1972, p.34.

O velho S. Francisco, um rio agonizante. *O Estado de São Paulo*, 09 de março de 1980, p. 24.

Os mesmos índios beijos-de-pau. *Folha de São Paulo*. 30/12/1984.

Pesquisa “O que o brasileiro pensa da inflação e dos salários”. *Revista Manchete*, edição 1483 de 1980.

Pronunciamento do presidente Médici na inauguração da sede do Sindicato dos Jornalistas, em São Paulo, setembro de 1970. *O Estado de São Paulo*, setembro de 1970.

Sardenberg, C. A. “O povo em movimento”. *Revista Isto é*, 28/01/1981. p. 62-65.

Surge o lago. 12 vilas e uma cidade mudam de lugar. *O Globo*. 22/11/1984, p. 24.

Tributo sobre energia é prorrogado por 25 anos. *Folha de São Paulo*, 01/01/2011.

Tucuruí poderá utilizar herbicida para desmatar. *O Estado de São Paulo*, 14 de maio de 1982, 1ª página.

Tucuruí pronta para eletrificar Norte e Nordeste. *Folha de São Paulo*. 22/11/1984, p. 12.

Tucuruí, nova era para o Norte e o Nordeste. *Gazeta Mercantil*. 22/11/1984, p. 1.

Tucuruí, para conquistar a Amazônia. *O Estado de São Paulo*. 23/09/1981, p. 1.

Tucuruí, uma usina gigante na floresta. *O Estado de São Paulo*. 18/09/1977, p. 18.

Tudo sobre Belo Monte. Especial. *Folha de São Paulo*, 2013.  
<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/index.html>. Acesso em 23/05/2018.

Um colosso na Amazônia. *Folha de São Paulo*. 20/11/2011. Caderno Mercado, p. B13.

Uma roda gigante bem brasileira. *Folha de São Paulo*. 24/10/1973.

Uma única turbina de Itaipu renderá 1 milhão de dólares por dia. *Revista Manchete* n. 1283. 1976.

Usiminas. A força do otimismo. *Veja*, edição 647. 04/07/1981.

Waldorf Astoria aplaude seringueiro. *Jornal do Brasil*, 28/02/1988.

## FILMES E VÍDEOS

Cinejornal n 133 “O Brasil no seu tempo”. Arquivo Nacional, Agência Nacional, 1969.

Filme “Aço, alfabetização e energia elétrica”. Série “Você constrói o Brasil”. Arquivo Nacional, Agência Nacional, 1972. BR RJANRIO EH.0.FIL, FIT.8.

Filme “BR-262: a transversal do progresso”. Agência Nacional, 1971.

Filme “Construtores do progresso”. Arquivo Nacional, Agência Nacional, 1970. BR RJANRIO EH.0.FIL, DCT.25.

Filme “Desenvolvimento e segurança”. Arquivo Nacional, Agência Nacional, 1970. BR RJANRIO EH.0.FIL, FIT.122 e BR RJANRIO EH.0.FIL, FIT.123.

Filme “Em ritmo de futuro”. Arquivo Nacional, Agência Nacional, 1970. BR RJANRIO EH.0.FIL, DCT.33.

Filme “Itaipu Binacional”. Arquivo Nacional, Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), 1979.

Filme da campanha “1964/1982 –Brasil: 18 anos de desenvolvimento pela família brasileira”. Arquivo Nacional, Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, 1982.

Filme da campanha “O Brasil é feito por nós”. Arquivo Nacional, Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), 1978.

Filme da campanha “O Brasil que os brasileiros estão fazendo”. Arquivo Nacional, Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), 1978.

Programa “O Povo e o Presidente”. Alexandre Garcia entrevista o presidente João Figueiredo. TV Globo, 1982.

## LEGISLAÇÃO

- Brasil. Ato Institucional no. 2, de 27 de outubro de 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências.
- Brasil. Ato Institucional no. 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.
- Brasil. Decreto 20.943, de 9 de Abril de 1946. Autoriza o Ginásio Santana, com sede em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, a funcionar como colégio.
- Brasil. Decreto 3.739 de 31 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de que trata a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e da contribuição de reservatórios de montante para a geração de energia hidrelétrica, de que trata a Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, e dá outras providências.
- Brasil. Decreto 54.936 de 4 de novembro de 1964. Regulamenta, para as empresas concessionárias de serviços de energia elétrica, a aplicação do art. 5º da Lei n. 3.470, de 23 de novembro de 1958 e dos arts 3º a 6º da Lei n. 4.357, de 16 de junho de 1964, relativos à correção da tradução monetária do valor original dos bens do ativo imobilizado das pessoas jurídicas.
- Brasil. Decreto 54.937 de 4 de novembro de 1964. Regulamenta o Decreto-lei n. 3.128, de 19 de março de 1941, e dá outras providências.
- Brasil. Decreto 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Cria o "Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME" e dá outras providências.
- Brasil. Decreto 57.690 de 1º de fevereiro de 1966. Aprova o Regulamento para a execução da Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.
- Brasil. Decreto 59.170, de 2 de setembro de 1966. Cria a Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME - incorporando o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, criado pelo Decreto número 55.275, de 22 de dezembro de 1964, e dá outras providências.
- Brasil. Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências.
- Brasil. Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências.
- Brasil. Decreto 74.279, de 11 de julho de 1974. Outorga à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica do Rio Tocantins.
- Brasil. Decreto 78.659 de 01 de novembro de 1976. Declara de utilidade pública, para fins de

desapropriação, áreas de terra e benfeitorias, necessárias à implantação do canteiro de obras, e demais unidades de serviço, bem como à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A – ELETRONORTE, localizadas no Estado do Pará.

Brasil. Decreto 788, de 14 de julho de 2005. Autoriza o Poder Executivo a implantar o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, localizado em trecho do Rio Xingu, no Estado do Pará, a ser desenvolvido após estudos de viabilidade pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

Brasil. Decreto 79.321, de 1º de março de 1977. Outorga à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Uatumã, no local denominado Cachoeira Balbina, no Estado do Amazonas.

Brasil. Decreto 85.898 de 13 de abril de 1981. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra e benfeitorias, necessárias a formação do reservatório da usina hidrelétrica de Balbina.

Brasil. Decreto 91.145, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, dispõe sobre sua estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências.

Brasil. Decreto Legislativo nº 23 de abril de 1973. Tratado de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai.

Brasil. Decreto nº 83.940, de 10 de setembro de 1979. Dispõe sobre a transferência do Conselho Interministerial de Preços (CIP) para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e dá providências.

Brasil. Decreto no. 24.643, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código das Águas.

Brasil. Decreto-Lei 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 1.134, de 16 de novembro de 1970. Altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

Brasil. Decreto-lei 1.164, de 1º de abril de 1971. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 1.179, de 6 de julho de 1971. Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), altera a legislação do imposto de renda relativa a incentivos fiscais e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 1.243, de 30 de outubro de 1972. Eleva a dotação do Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, altera o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 1.383 de 26 de dezembro de 1974. Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971 e dá outras providências.

Brasil. Decreto-lei 1.767, de 01 de fevereiro de 1980. Cria grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 1.849, de 13 de janeiro 1981. Altera a redação do artigo 4º e seus parágrafos da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 45, de 18 de novembro de 1966. Autoriza o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a criar uma sociedade por ações que incorporará o FINAME, e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 689, de 18 de julho de 1969. Extingue o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, do Ministério das Minas e Energia, e dá outras providências.

Brasil. Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

Brasil. Lei 12.016 de 7 de agosto de 2009. Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.

Brasil. Lei 12.334 de 20 de setembro de 2010. Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.

Brasil. Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Brasil. Lei 13.360 de 17 de novembro de 2016. Altera a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, e a Lei nº 13.203, de 8 de

dezembro de 2015; e dá outras providências.

Brasil. Lei 13.661 de 8 de maio de 2018. Altera a lei no. 8001, de 13 de março de 1990, para definir as parcelas pertencentes aos Estados e aos Municípios do produto da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH).

Brasil. Lei 4.156, de 28 de novembro de 1962. Altera a legislação sobre o Fundo Federal de Eletrificação e dá outras providências.

Brasil. Lei 4.341 de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações.

Brasil. Lei 4.348, de 26 de junho de 1964. Estabelece normas processuais relativas a mandado de segurança.

Brasil. Lei 4.680, de 18 de junho de 1965. Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

Brasil. Lei 5.250 de 09 de fevereiro de 1967. Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

Brasil. Lei 5.655 de 20 de maio de 1971. Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências.

Brasil. Lei 5.662, de 21 de junho 1971. Enquadra o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) na categoria de empresa pública, e dá outras providências.

Brasil. Lei 541, de 15 de dezembro de 1948. Cria a Comissão do Vale do São Francisco, e dá outras providências.

Brasil. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

Brasil. Lei 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências.

Brasil. Lei 6.650 de 23 de maio de 1979. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Brasil. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.

Brasil. Lei 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

Brasil. Lei 7.990 de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF).

Brasil. Lei 8.001 de 13 de março de 1990. Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

Brasil. Lei 8.437 de 30 de junho de 1992. Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.

Brasil. Lei 9.648 de 27 de maio de 1998. Altera dispositivos das Leis no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 8.666, de 21 de junho de 1993, no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, no 9.074, de 7 de julho de 1995, no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e autoriza o Poder Executivo a promover a reestruturação das Centrais Elétricas Brasileiras - ELETROBRÁS e de suas subsidiárias e dá outras providências.

Brasil. Lei 9.984 de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Brasil. Lei Complementar nº 102 de 01 de abril de 1977. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Comissão de Valores Mobiliários, e dá outras providências.

Brasil. Lei Federal 3.824, de 23 de novembro de 1960. Torna obrigatória a destoca e consequente limpeza das bacias hidráulicas dos açudes, represas ou lagos artificiais.

Brasil. Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

Ceará. Lei 11.996, de 24 de julho de 1992. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, prevista no artigo 326 da Constituição Estadual.

Decreto 63.951, de 31 de dezembro de 1968. Aprova a estrutura básica, do Ministério das Minas e Energia.

Decreto 64.345, de 10 de abril de 1969. Institui normas para a contratação de serviços, objetivando o desenvolvimento da Engenharia nacional.

Decreto-lei 3.365 de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

Minas Gerais. Lei 11.504 de 20 de junho de 1994. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

Rio Grande do Sul. Lei 10.350, de 30 de dezembro de 1994. Institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Santa Catarina. Lei 9.748 de 30 de novembro de 1994. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.

São Paulo (estado). Decreto 9.714, de 19 de abril de 1977. Aprova o Regulamento das Leis nº 898, de 18 de dezembro de 1975 e nº 1.172, de 17 de novembro de 1976, que dispõe sobre o disciplinamento do uso do solo para a proteção aos mananciais da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

São Paulo (estado). Lei 1.172, de 17 de novembro de 1976. Delimita as áreas de proteção relativas aos mananciais, cursos e reservatórios de água, a que se refere o Artigo 2.º da Lei n. 898, de 18 de dezembro de 1975, estabelece normas de restrição de uso do solo em tais áreas e dá providências correlatas.

São Paulo (estado). Lei 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

São Paulo (estado). Lei 898, de 18 de dezembro de 1975. Disciplina o uso do solo para proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

## **DOCUMENTOS DO ARQUIVO NACIONAL**

Arquivo Nacional, Serviço Nacional de Informação, BR\_AN\_BSB\_Z4.PNI 2

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_14932\_81

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_1798\_79

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_18402\_81

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_22320\_82\_001

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_22320\_82\_002

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_30880\_83\_003

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_35103\_83

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_47750\_85

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_53879\_86

Serviço Nacional de Informação, Agência Central, AC\_ACE\_72605\_89

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_1013\_80

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_132\_79

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_1321\_81

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_1408\_81

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_1880\_82

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_2531\_82

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_375\_79

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_4431\_84

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_4711\_84

Serviço Nacional de Informação, Agência de Belém, ABE\_ACE\_627\_80

Serviço Nacional de Informação, Agência de Goiânia, ACG\_ACE\_8618\_89

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AC\_ACE\_1767\_79

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_158\_79\_0001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_342\_79\_001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_3828\_83\_0001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_4477\_84\_001\_0001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_5057\_84\_001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_5057\_84\_0001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_5703\_0001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_6117\_86\_0001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_6467\_86\_001\_0001

Serviço Nacional de Informação, Agência de Manaus, AMA\_ACE\_7053\_87\_001

Serviço Nacional de Informação, Agência de São Paulo, ASP\_ACE\_10900\_82

Serviço Nacional de Informação, Agência de São Paulo, ASP\_ACE\_4777\_80

Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança da Informação Ministério de Minas e Energia, br\_dfanbsb\_aad\_0\_0\_0005\_d0001de0001

Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça, BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_1699

Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Minas e Energia, AC\_ACE\_65928\_88

Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Minas e Energia, AC\_ACE\_4784\_79

Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Minas e Energia, AC\_ACE\_28456\_82

Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_1601

Serviço Nacional de Informação, Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, BR\_DFANBSB\_V8

